

BOLETIM DA FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

CLÁUDIA MARIA CRUZ SANTOS

O CRIME DE COLARINHO BRANCO

(DA ORIGEM DO CONCEITO
E SUA RELEVÂNCIA CRIMINOLÓGICA
À QUESTÃO DA DESIGUALDADE
NA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA PENAL)



2001

COIMBRA EDITORA

STVDIA IVRIDICA 56

Comissão Redactora

ALMEIDA COSTA — EHRHARDT SOARES — CASTANHEIRA NEVES
LOPES PORTO — FARIA COSTA

Redactor Delegado

JOSÉ de FARIA COSTA

UNIVERSIDADE DE COIMBRA — BOLETIM DA FACULDADE DE DIREITO

COIMBRA EDITORA

ÍNDICE

Nota prévia.....	Págs. 9
------------------	------------

PRIMEIRA PARTE

O «CRIME DE COLARINHO BRANCO» COMO
CONCEITO POLÉMICO

CAPÍTULO I

OS CRIMES DOS PODEROSOS
— UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

1. Introdução	15
2. Dos primórdios da justiça criminal ao período medieval.....	17
3. Do século XVI ao iluminismo.....	27
3.1. A idade moderna.....	27
3.2. O iluminismo.....	33

CAPÍTULO II

A ORIGEM DO CONCEITO
DE *WHITE-COLLAR CRIME*

1. Alguns antecedentes teóricos do pensamento de Sutherland.....	39
2. A teoria da associação diferencial.....	43
3. A teoria da desorganização social ou da organização social diferencial.....	50

CAPÍTULO III

A CONTROVÉRSIA EM TORNO DO CONCEITO
DE CRIME DE COLARINHO BRANCO

1. Introdução	53
2. A concepção «tradicional».....	54

	Págs.
3. As novas compreensões do <i>white-collar crime</i>	58
4. A ideia tradicional do desigual funcionamento da justiça penal à luz das novas compreensões do <i>white-collar crime</i>	63
5. As incertezas em torno do conceito de <i>white-collar crime</i> — ensaio de uma valoração crítica.....	66
6. Os conceitos de <i>corporate crime e occupational crime</i>	74
7. Alguns crimes de colarinho branco e o direito penal português — uma análise fenomenológica e exemplificativa	77
8. Crime organizado <i>versus</i> crime de colarinho branco	84

CAPÍTULO IV

A POLÉMICA EM TORNO DA TEORIA EXPLICATIVA

1. A crítica à teoria da associação diferencial.....	93
2. As características do crime de colarinho branco.....	100
2.1. A complexidade das condutas e a opacidade daí resultante	100
2.2. As dificuldades sentidas pela justiça no sancionamento destas infracções	101
2.3. O conflito latente em vez do patente.....	102
2.4. A difusão da vitimização.....	103
2.5. A dispersão da responsabilidade.....	105
3. Um exemplo ilustrativo das características expostas: os crimes ecológicos	108

SEGUNDA PARTE

OS REFLEXOS CRIMINOLÓGICOS DA TEORIA DO CRIME DE COLARINHO BRANCO

CAPÍTULO I

O CRIME DE COLARINHO BRANCO E A MUDANÇA DO PARADIGMA CRIMINOLÓGICO: DA ACÇÃO DESVIADA À REACÇÃO SOCIAL

1. Considerações preliminares.....	125
2. O pensamento de Matza e Sykes e a transição para um novo modelo criminológico	129
3. A criminologia do conflito	132
4. A criminologia crítica	135
4.1. O labelling approach	137
4.2. A criminologia radical	142
4.3. A crítica da criminologia crítica	149

CAPÍTULO II
O CRIME DE COLARINHO BRANCO
E O PANORAMA CRIMINOLÓGICO ACTUAL:
DA PLURALIDADE PÓS-MODERNISTA
À INTEGRAÇÃO DAS TEORIAS CRIMINOLÓGICAS

	Págs.
1. Considerações introdutórias.....	153
2. O realismo de esquerda.....	158
2.1. <i>A recusa da «criminologia de revelação»</i>	161
2.2. A criminologia da classe operária.....	162
2.3. A desmistificação de algumas inversões dos postulados positivistas.....	165
2.4. O realismo de esquerda e o crime de colarinho branco: uma síntese....	167
2.5. O realismo de esquerda: uma apreciação crítica.....	170
3. As teorias da escolha racional e a prevenção situacional.....	172
4. O «novo» idealismo de esquerda.....	179
5. O realismo de direita.....	180
6. A nova criminologia administrativa.....	183
7. A integração de teorias criminológicas.....	186
7.1. O legado da criminologia crítica.....	188
7.2. A recuperação de alguns vectores da criminologia positivista.....	189
8. A herança de Sutherland: conclusão.....	191

TERCEIRA PARTE
O CRIME DE COLARINHO BRANCO:
DA DESIGUALDADE NA JUSTIÇA PENAL
AO PROBLEMA DOS MODELOS DE CONTROLO

CAPÍTULO I
OS CRIMINOSOS DE COLARINHO BRANCO
E A (DES)IGUALDADE
NA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA PENAL

1. Enquadramento geral do problema.....	197
2. O princípio da igualdade.....	199
3. Os criminosos de colarinho branco e a sua relação com a justiça penal. A contestação da existência de um «tratamento de favor»: dos novos números que comprovam a inexistência de privilégios à afirmação das especificidades que tornam os <i>white-collars</i> menos carecidos de punição.....	206
4. A criminologia estrutural enquanto perspectiva radicada na desigualdade.....	212
5. A desigualdade: uma análise dos momentos em que se manifesta.....	213
5.1. A criminalização.....	214

	Págs.
5.2. A fase de investigação e a eventual acusação	221
5.2.1. O direito português: o princípio da legalidade da promoção processual penal como consequência do princípio da igualdade	227
5.2.1.1. A actividade da polícia.....	235
5.2.1.2. O Ministério Público como <i>dominus</i> da fase de inquérito	245
5.2.2. O inquérito no processo penal português: uma síntese	255
6. O julgamento	257
7. A execução prisional	264

CAPÍTULO II
DA COMPREENSÃO DO CRIME
DE COLARINHO BRANCO
A ALGUMAS PROPOSTAS ORIENTADORAS
DO SEU TRATAMENTO PELA JUSTIÇA PENAL

1. Considerações introdutórias.....	269
2. A compreensão do crime de colarinho branco (ou uma reflexão sobre as «causas»).....	270
2.1 A perspectiva psicossociológica	274
2.2. A perspectiva estrutural	277
2.2.1. A importância causal da situação económica do agente	278
2.2.2. As teorias da anomia e da oportunidade.....	279
2.3. A perspectiva «organizacional».....	281
2.4. As perspectivas integradoras.....	283
2.5. Uma síntese	286
3. Algumas ideias orientadoras da reacção ao crime de colarinho branco (ou o problema dos modelos de controlo)	289
3.1. A rejeição do <i>just deserts</i>	289
3.2. Um modelo de prevenção.....	294
3.3. Um modelo de repressão	297
Considerações finais	305
Bibliografia	311